



# Roteiros

16. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

## INTERPELAÇÃO SOBRE O ENSINO

por ADRIANO MOREIRA (\*)

É preocupante que um debate sobre o ensino, neste fim de século, aconteça tendo como ponto de referência das inquietações públicas a questão das propinas. Ainda não fomos conduzidos à circunstância de acrescentar ao quadro das contestações o estatuto remuneratório do pessoal docente universitário, que será o resultado do estímulo do adoptado método comparativo com a remuneração do Primeiro Ministro, porque no ensino as razões de queixas são antigas, muitas e talvez com maior fundamento. De tudo resulta que a actualidade e natureza destas questões (propinas e remunerações) alarma quanto à capacidade anímica de o País arrancar no sentido de entrar efectivamente no grupo dos chamados Winning Nations, onde algum discurso ocasional nos coloca de quando em vez com discordância dos factos. E todavia, quando se alinham as variáveis que, no conceito mais corrente, definem uma Nação capaz de responder à competição mundializada, e de entrar no grupo dos contribuintes líquidos para o desenvolvimento e harmonia globais dos povos, regiões e Estados, a Educação aparece sempre em primeiro lugar.

No debate Internacional não se encontram referências de valia sobre a questão das propinas, mas encontram-se muitas sobre o estatuto do pessoal docente, sobre a autonomia universitária, sobre o funcionamento das instituições e sua relação com a liberdade de investigar a ensinar, sobre o efectivo direito e a real liberdade de aprender, e sobre a natureza e qualidade das instituições públicas e privadas intervenientes no processo.

Sugerimos que, para avaliar de algum modo a nossa capacidade de enfrentar o desafio mundial, é necessário pôr o acento tónico do empenhamento público nestes problemas de fundo, para que a questão das propinas deixe de parecer e aparecer como a mãe de todos os conflitos. No caso de ser impossível repor uma hierarquia consistente das questões, temos fortes motivos para nos inquietarmos quanto ao futuro.

Um dos pontos críticos da conjuntura portuguesa é o da posição relativa das instituições públicas e das instituições privadas do ensino superior, e o seu relacionamento dentro do sistema geral. Talvez o IV Congresso do Ensino Particular e Cooperativo permita finalmente vislumbrar o aparecimento de um novo estado de espírito.

Antes da Constituição vigente, já existiam estabelecimentos privados do ensino superior, no geral com o nome de institutos, os quais atravessaram o período revolucionário e continuam num exercício que não tem atraído reparos, conferindo os graus de licenciatura; uma Universidade Católica, enquadrada pelo regime concordatário, serviu de ponto de referência e de inspiração durante o mesmo período, continuou a crescer até hoje em autoridade. A disfunção aparece vinculada ao proliferar de estabelecimentos privados da segunda geração, que se legitimaram com os direitos e liberdades de ensinar e aprender, e geralmente quiseram a qualificação universitária. É necessário notar previamente, que tais estabelecimentos prestaram à comunidade nacional um serviço frequentemente com deficiências visíveis, mas numa época e numa área definidas, em primeiro lugar,

(\*) Intervenção do Prof. Doutor Adriano Moreira na Assembleia da República, em 11 de Março de 1993.

# ABERTURA DO COLÓQUIO-DEBATE SOBRE DESCOBRIMENTOS

por DR. LUÍS FRANCISCO DA PAULA MINA (\*)

**N**ÃO podia deixar de aceitar o honroso convite que me foi dirigido pelo Exmo. Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro para participar no Colóquio-Debate sobre «Descobrimientos Portugueses», inserido no contexto das «Comemorações do V Centenário dos Descobrimientos Portugueses» a realizar neste dia em Bragança.

Quis ainda o Exmo. Presidente da Direcção do Instituto, que a sessão de abertura fosse por mim presidida — o que muito me honra — e que eu próprio, em nome da Edilidade a que presido, abrisse a sessão, usando da palavra para dar início a este Colóquio-Debate sobre os «Descobrimientos Portugueses».

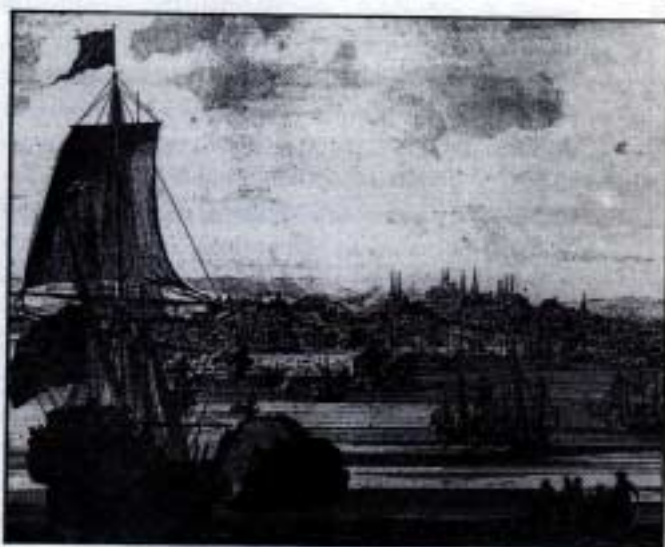
Antes de mais e na qualidade de Presidente da Câmara, quero expressar os mais sinceros agradecimentos em meu nome pessoal e do Executivo Camarário, à Direcção do Instituto D. João de Castro e à Comissão Organizadora deste Colóquio, que o planeou e hoje vê realizado.

Saliento pois o papel, o trabalho e o dinamismo deste Instituto e seus directos colaboradores que não se pouparam a esforços para concretização e realização deste Colóquio-Debate.

Por isso o meu reconhecido apreço para todos os que tiveram a feliz iniciativa e não regatearam o seu contributo.

Quero também agradecer, penhoradamente, a todos os participantes a sua presença, sobretudo àqueles, que maior sacrifício fizeram para estar presentes e nos vão enriquecer com as suas intervenções, ao longo deste dia.

Realiza-se este Colóquio na sequência de outros que já foram levados a efeito em várias cidades, no contexto das



Lisboa quinhentista donde partiram os barcos para a Índia

Comemorações do V Centenário dos Descobrimientos Portugueses. Todos eles foram dirigidos essencialmente a professores com um objectivo fundamental — focar os factos históricos e fazer abordagem do tratamento dessa herança tão rica, que nos legaram os nossos antepassados, neste momento da nossa integração numa Europa em tão profunda, rápida e sensível mudança.

Nesta hora, mais do que nunca, «lembrar o Passado é ajudar a construir o Futuro».

As nossas gerações têm que ter conhecimento do nosso passado heróico, tomar consciência dessa riqueza de que nos podemos ufanar e, com esses conhecimentos e consciência cívica Nacional, entrar na Comunidade Europeia.



## AGR

viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA  
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P  
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122  
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acptur P  
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378  
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO  
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00  
Telex 27133 Acptu P  
Fax 200 25 02



**O atendimento  
mais acolhedor  
o serviço mais eficiente**



O Tratado de Maastricht é uma realidade que temos de aceitar, pois não podemos ficar fora desta corrente europeizante de união e defesa de princípios e políticas a vários níveis, para além dos económicos e financeiros.

Este tão falado Tratado de Maastricht obriga-nos a aprofundar o conhecimento dos nossos valores histórico-culturais que nos identificam com um passado muito rico e bem diferente do de outras nações da Comunidade Europeia.

É urgente pois, que se conheçam e divulguem esses valores numa tentativa de formação de consciência Nacional da indiscutível riqueza do nosso passado que não podemos permitir que se desconheça, se olvide e se perca num contexto universalizante de integração europeia.

É, pois, muito importante que, os participantes deste Colóquio, voltado essencialmente para as instituições culturais e educativas públicas ou privadas, nas novas gerações que se estão preparando e formando nas nossas Escolas desde as Preparatórias às Superiores.

As Grandes Descobertas — nome por que ficaram conhecidas as descobertas de maior importância realizadas em terra ou mar por navegadores e viajantes europeus, nomeadamente portugueses — receberam esse nome porque tiveram um significado singular para os destinos da Europa e de todo o Mundo.

Portugal, iniciador e pioneiro dos Descobrimentos realizados nos séc. XV e XVI, revolucionou o Mundo, fez surgir uma nova compreensão dos valores humanos e lançou os alicerces das grandes transformações sócio-económicas que muito contribuíram para o progresso económico dos Povos.

Não há dúvida que esses milhares de portugueses — uns, mundialmente conhecidos, outros desconhecidos, mas não menos valorosos — com as suas ousadas aventuras e investigações, muito contribuíram para o desenvolvimento da Humanidade, progresso e civilização dos Povos.

As descobertas propiciaram e permitiram novos e abundantes materiais para muitos ramos do conhecimento humano, como a história, as ciências naturais, as etnografias, a economia, as ciências sociais, a matemática, a medicina, a filosofia, etc..

Todos conhecemos o reflexo das descobertas no campo do desenvolvimento dos conhecimentos científicos, pois em todas as expedições seguiam, a par da tripulação náutica, muitos letrados e cientistas, que, com o enorme caudal de conhecimentos que traziam, iam desvendando superstições e noções obscuras medievais.

Também não podemos ignorar as consequências benéficas das Grandes Descobertas no campo sócio-económico de toda a Europa. Cedo se desmoronou o Feudalismo, acelerando decididamente o surgimento e implantação da era capitalista e industrial.

Vale a pena, pois, destacar, neste V Centenário dos Descobrimentos Portugueses, essa grande faceta social, cultural e económica do nosso Passado, pois o Homem recebeu uma nova visão do espaço e do mundo. Abriram-se novas civilizações, novas culturas, nova maneira de ser, de pensar e de

viver. Assim nasceram os alicerces do Futuro civilizado da Humanidade.

Orgulhamo-nos dum passado heróico que deu «Novos Mundos ao Mundo». Fomos o princípio do sonho de um mundo novo.

Que este Colóquio-Debate, integrado nas comemorações do V Centenário dos Descobrimentos Portugueses contribua para que continuemos a ser a praia e «Cabeça da Europa», iguais a nós próprios, livres e independentes, embora integrados nessa nova Europa, coesa e forte na defesa intransigente dos direitos, deveres e economias dos povos, sobretudo europeus e que, em suma, continuemos a ser aquilo que fomos, bandeirantes da «fé e do império» no sonho universalista de Portugal na Europa e no Mundo.

(\*) Intervenção do sr. Presidente da C. M. de Bragança, na abertura do Colóquio-Debate, realizado em Bragança em 30 de Janeiro de 1993.



## HOTEL ROMA

\* \* \*

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA  
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 18588 P  
TELEFONE 76 77 81 (10 LINHAS)

### EM FÁTIMA:

\* \* \*

**HOTEL SANTA MARIA**  
Rua de Santo António  
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

### HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva  
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

# DESCOBRIR O MUNDO, DESCOBRIR A EUROPA

1. Viver é descobrir. O instinto da curiosidade esteve, quase seguramente, na origem do distanciamento do homem relativamente às outras espécies.

Foi primeiro a própria mão. Erguido sobre os pés, restava inútil para a locomoção. Que fazer dela?

Depois foi porventura a pedra que a mão ergueu. Que fazer da pedra?

Às tantas, foi a vez da montanha. Que mistérios e perigos se escondiam nela? À cautela, o melhor era mitificá-la, sacralizá-la render-lhe preito para lhe aplacar as iras. Vinham dela as tempestades?

Ou viriam do céu? O céu era o quê? Quem, nele, se zangava enviando à terra falcas e trovões? Um deus seguramente.

Foi também o mar. Que perigos e mistérios se escondiam no mar e para além do mar? Que perigos e que monstros?

Estas reflexões fizeram-nas inclusivé os Gregos — já sábios nos percursos da civilização — erigindo o Olimpo em ponto mais alto da Terra, em centro provável dela, e mitificando os seus heróis marinheiros.

Mas tiveram também de fazê-las os heróicos lusos a quem coube a aventura de desvendar os mares.

Portugal foi, pela geografia e pela história, o Povo eleito para essa epopeia. Continua sem resposta à questão que

Por DR. ANTÓNIO ALMEIDA SANTOS (\*)

sempre regressa: porquê nós? Porque não os chineses, ou mesmo os árabes, muito mais evoluídos do que nós na era de quinhentos? Porque é que a curiosidade se deslocou de ocidente para oriente e não ao invés?

Recusando os contributos do fatalismo ou da predestinação, há que encontrar razões.

Não sendo comparte na orla mediterrânica — esse «mar no meio da terra» até então teatro de todas as aventuras da cultura e da guerra, Portugal é abraçado pelo Atlântico em toda a vasta extensão das suas fronteiras não terrestres. Desse enlace amoroso nasceu um diálogo de irresistível atracção.

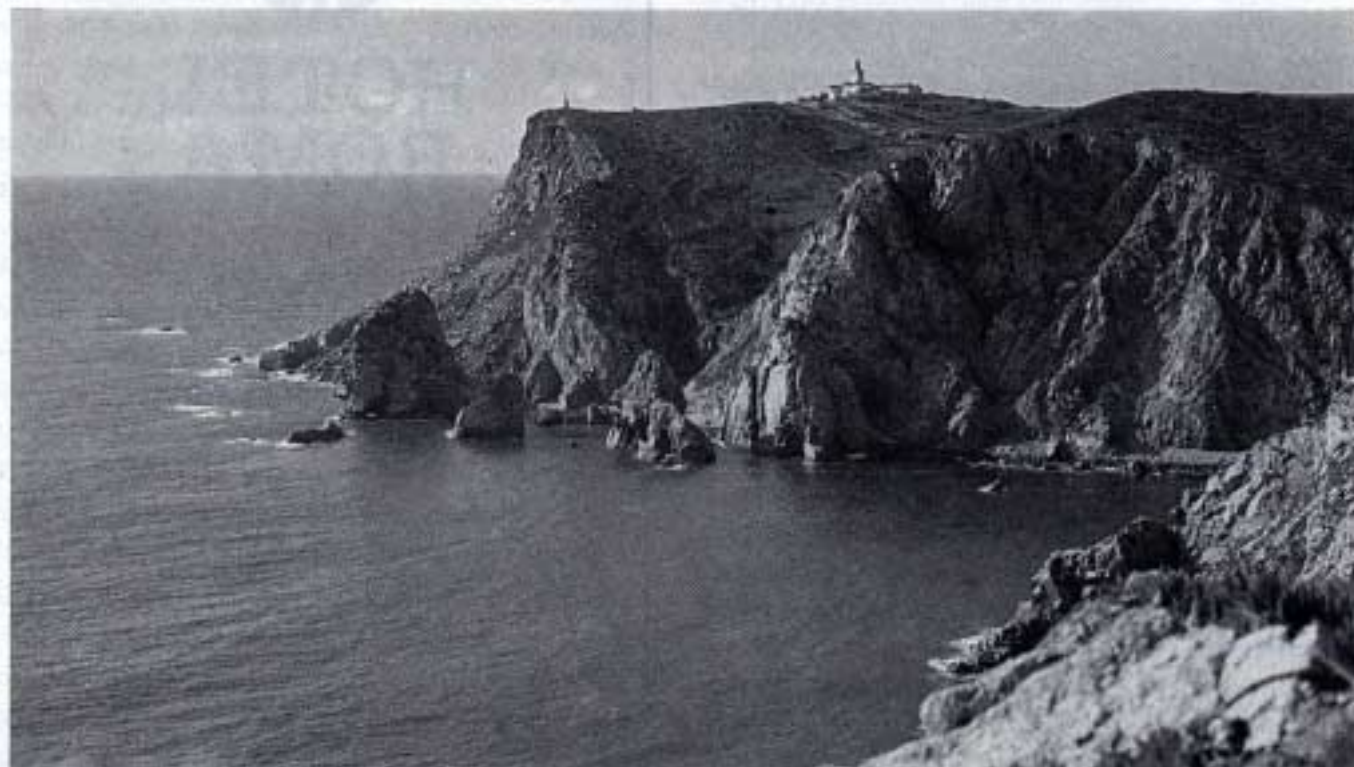
Dotado de rios navegáveis e de portos fundos, trouxe dos primeiros as caravelas — que foram do Douro antes de serem dos mares — a experiência e a vocação de navegar.

Entalado entre a Espanha e o Atlântico, de um lado tinha, por liquidar, o contencioso da separação, do outro tinha, por esclarecer, o mistério do desconhecido.

Venceu a curiosidade, a avidez de descobrir, esse

*«bichinho alacre e sedento,  
de focinho ponteagudo  
em perpétuo movimentos»*

em que António Gedeão simboliza o próprio sonho.



CABO DA ROCA — onde a Europa termina e o oceano começa

Dispúnhamos aliás de outros predcados: a herança árabe, que deixou a sua marca na cultura e nas instituições; a mistura de sangues, que nos imunizou contra o preconceito racial; uma preciosa unidade política, linguística e cultural em gestação; a consequente ausência de conflitos internos; a estreiteza do estreito que nos separava do apelo africano.

Faltava apenas o génio condutor. Encontrámo-lo no Infante, esse ser enigmático, obstinado dotado do génio da organização. Dele se diz que vivia como um monge, usava cilícios e morreu virgem.

Imune à simpatia humana, viveu, exaltadamente, um sentido de missão.

O que o movia era o desconhecido. Não é sequer seguro que tenha acalentado o projecto de descobrir o caminho para a Índia torneando o continente africano. Por esse então eram ainda verdade os erros cartográficos de Ptolomeu, segundo os quais era isso impossível. E no entanto, a ele se devem, a par de uma astronomia que se revelou fantasista, os alvares da geografia e da cartografia modernas. Foi ele quem abriu à Europa as portas da exploração do mundo. Confirmou a teoria grega da esfericidade da terra e estabeleceu a grelha das latitudes.

Mas não teve continuidade. Estava adiantado para o seu tempo e os dogmas bíblicos fizeram retornar ao mapa-mundo novos e velhos artifícios da imaginação.

Antípodas? Nem pensar! Podia lá conceber-se a existência de homens «cujos pés estão acima das suas cabeças»? Ou chuva a cair de baixo para cima?



É sabido que até doutores da igreja, como o sábio Santo Agostinho, doutrinavam que «os antípodas não podiam existir».

A crença neles foi mesmo considerada herética.

O Infante recebeu assim uma herança de confusões e de medos. Experiência, pouca. O Mediterrâneo era um grande lago. Em parte alguma distava mais de 800 kms da sua costa meridional, o que equivale a uma diferença de latitude não superior a sete graus.

Coisa diversa era o continente africano, esse imenso «iceberg» do mar do conhecimento de que apenas se conheciam as adjacências da sua costa norte. Esse, ia de 38° de latitude norte a 38° graus de latitude sul.

Quando se descia pela sua costa, a estrela polar descia também até se afogar nas águas. Como supri-la? O astrolábio e o quadrante entraram em cena e substituíram o arriscado «cálculo a olho». Mas, rigor na medição da longitude, só no século XVIII.

Com alguma razão o Atlas Catalão, o mais credível do tempo, deixara em branco o espaço correspondente à África Austral. Imaginava-se como um «habitat» de antropófagos e monstros míticos.

Nestas condições, o caminho marítimo para a Índia tinha de começar por ser «aberto na mente dos homens», por entre obstáculos de ignorância, de mitos negativos e de medos aterradores.

Só situando-nos neste quadro de condicionamentos psicológicos e culturais podemos compreender a magnitude e o significado da nossa epopeia marítima, desse «spectaculum Deo dignum».

Epopeia que, diversamente das homólogas epopeias gregas, não surge como o feito de um herói transpersonalizado em divindade ou mito, mas como a «obra valerosa do peito ilustre lusitano», ou seja a saga de um Povo que encontrou no mar o seu destino.

Ultrapassadas as ansiedades da localização do Jardim do Eden, também o Infante tentou localizar esse «ersatz» do Paraíso que era o Reino do Preste João. Houve, na sua saga, uma como que retoma do espírito de cruzada bloqueado com a queda do Império Mongol. Talvez que, sem esse bloqueamento, a busca dos caminhos da água não tivesse sido como foi nem quando foi. Ou por graça de quem. «Talvez», é o advérbio preferido pela indagação do passado.

Seja como for, as viagens marítimas prolongam, de algum modo, o espírito da época da peregrinação cristã. Meca e Jerusalém foram as primeiras Índias. E a demanda da última, da verdadeira, nasce imbuída do mesmo espírito de cruzada.

O propósito da dilatação da fé, que surge não raro a competir no leque dos estímulos com a seda e a pimenta, ganha cotação quando nos deslocamos do mercantilismo mediterrânico para o misticismo da cristandade. Da pecúnia para a fé.

O Infante era sobretudo um místico, mais atraído pela sublimação do espírito do que pela condimentação dos molhos.

Sempre me seduziu a motivação do impulso que o levou até Sagres. Para estar mais perto dos mistérios da costa de África, do desafio a assumir, ou mais longe das futilidades da Corte?

Alli, no Promontório por ele sacralizado, a sua comitiva era menos uma Corte do que um laboratório de ciência náutica, onde ensinavam e aprendiam marinheiros, viajantes e sábios de todas as origens conhecidas. Judeus, muçulmanos, árabes, genoveses, venezianos, escandinavos, uma «Babel» que o desconhecido unia. Por fim, à medida que a exploração da costa avançava, também gentios a quem se arrancavam notícias do «hinterland».

Paralelamente, evoluía em Sagres e em Lagos a técnica da construção naval, que viria a produzir, no entender do veneziano Cadamosto, «os melhores navios que sulcavam os mares».

Isto para concluir que nada foi deixado ao acaso. Para vencer o desconhecido, a maior soma de conhecimentos.

O Infante teve, entre outros, o mérito sublime de programar e antecipar o primeiro grande protótipo de exploração moderna.

Nestes tempos desregulados que são os nossos, em que assistimos aparentemente resignados à desertificação de tantos espaços que foram férteis, é consolador pensar em que o Infante se deu pressa em interligar na Ilha da Madeira, descoberta, colonização e desenvolvimento. Sete anos, ao que se diz, levou a arder a floresta. Cinco séculos leva já de produção a uva malvasia importada de Creta.



Teve também o mérito de pôr em acto de navegar o moderno método científico e experimental. Em vez da tentativa de um rasgo temerário — cujo insucesso teria avolumado os medos — um programa talvez globalmente concebido, mas sem dúvida progressivamente executado.

O Bojador, o Cabo Verde, a Foz do Congo, enfim o Cabo das Tormentas, das dúvidas e dos receios maiores, foram passos da mesma caminhada, experiências da mesma demonstração e do mesmo saber.

Eis que a Terra era de facto redonda! Eis que a Índia era acessível por mar. Eis que o mar unia em vez de separar.

Por contraposição ao tão celebrado feito do Colombo — obra do erro e do acaso — do qual se esperava a descoberta de um Jardim de Delícias e se recebeu a decepção de uma aridez, o feito do Gama foi o culminar de um projecto cuidadosamente calculado e progressivamente cumprido. Os seus resultados foram incomparavelmente mais ricos de potencialidades, mais imediatos e mais concretos. Vasco da Gama ofuscou Colombo. Ao que hoje se assiste é à inversão desse facto.

Quando hoje pensamos no preço em luto e lágrimas da nossa história trágico-marítima, no antes e no depois do marco gâmico da descoberta do caminho (o próprio Gama nele deixou dois dos seus quatro barcos e 115 dos seus marinheiros) somos forçados a descobrir, nós também, que uma como que predestinação em que se somam a geografia, a história, a fé e a pimenta sem que tudo isso chegue para justificá-la, nos empurrava para aquele concreto destino.

Que uma só palavra resume: descobrir. Nenhuma outra tem dignidade e força anímica bastante para justificar tanto heroísmo e tanta teimosia.

Depois, sim, terá sobrevivido a ideia de conquista. Um pequeno Povo a dominar os mares, que desafio! Éramos, nesse então, um milhão talvez. Descontadas as mulheres, os velhos e os jovens, que matéria-prima para o fabrico de heróis?

E no entanto também descobrimos o «segredo» desse milagre. Durante mais de um século foi nosso o mar. As nossas «águas territoriais», como hoje se diria, foram todas as águas.

Bordejamo-las de fortalezas arquitectonicamente equivalentes, em unidades de esforço, a muitos «Empire State Buildings».

Não ao acaso. Mas nos precisos lugares que ainda hoje são considerados estratégicos. E mesmo depois que o nosso tempo de domínio findou, fomos ficando, agarrados a pedaços de terra que eram lembranças de sofrimento e de glória, e assim permanecemos até para além do tempo em que nos era consentido sonhar.

Mas, depois da grande descoberta, o nosso maior título de espanto e de glória é e será sempre o termos sido capazes de salvaguardar a unidade do prodigioso Brasil, acorrendo às baías, para derrotar armadas, ou acudindo às fronteiras, por caminhos que não havia, para vencer exércitos. Como, sendo tão poucos?

Talvez porque, como disse alguém, «o melhor é sempre frágil».

2. Teremos nós perdido virtudes? Quando deixámos de ser capazes de empreender, de programar, de organizar, de progredir por objectivos? Quando se infiltrou em nós propensão do improvisado? Porque virámos as costas ao mar desquitando-nos do nosso próprio destino? Porque não somos hoje transportadores marítimos? Porque se instalou a inoperância nos nossos portos? Porque importamos peixe? O que foi que matou a nossa sede de saber? Porque deixamos de sonhar?

Perguntas que, seguramente, nunca terão resposta. Não obstante, creio que ainda há Gamas por aí, há Castros, há Albuquerque. Será que é um outro Infante que nos falta?

↳ Fernando Pessoa e outros sebastianistas diriam naturalmente que sim.

Mas não. O tempo de quinhentos não é o tempo de um homem, mas a era de um Povo. E os Povos que são predestinados deixam não raro de sê-lo quando o tempo da predestinação se gasta. Foi assim com a Grécia, assim com Roma. Assim de algum modo com a França Moderna. Os heróis são menos fazedores de história do que feitos por ela.

Devemos então dar-nos por quites perante o desafio de novas descobertas?

O reconhecimento dos mares como traço de união entre antípodas foi devir e deixou de sê-lo. Só isso. Mas o rio do conhecimento não parou nem pára de correr. Continuou a encher o mar do que já sabíamos. E sabemos que ele continua dramaticamente vazio.

Continuemos, pois, a descobrir.

O drama do nosso entristecer vem de termos sido um cume e termos passado a ser um chão. Estivemos na ponta da flecha que furou o por haver. Depois «chorámos as lembranças de Sião e quanto nela passámos». Outros foram os senhores dos mares. Outros manejarão o «fiat» do bichinho do saber.

Copérnico aprendeu a ler nas estrelas e deu luz ao firmamento. E Deus, chegada a hora, proferiu o seu «faça-se Newton».

Gostou, uma vez mais, do que tinha feito e, de inspirado que estava, o génio passou a ser produzido em série.

São do meu tempo — e que escasso é o tempo dos homens!... — a difusão do telefone e da electricidade; a invenção da rádio, do cinema e da televisão; a segunda e ulteriores gerações do automóvel e do avião; a energia nuclear; a informática; a era espacial; a explosão da ciência, para tudo resumir.

E nós de fora! Nós que estivemos no impulso, ficámos fora dele. Como os gregos dos novos passos da cultura e da arte. Como os romanos das novas etapas da criação do Estado e do Direito. Uma como que maldição empequenece os que foram grandes. E pudemos descer ao purgatório de resistir ao fim do escravagismo, de prolongá-lo no disfarce do

trabalho forçado, de tentar opor um dique aos determinismos da emancipação da África.

Teremos sido nós? Ou nós mais a privação da liberdade de o sermos?

A verdade é que, finda essa privação, regressámos à tentação de descobrir. Já não ou não tanto o espaço, e no entanto também ele. Mas sobretudo o tempo, o futuro, e o que nos espera dentro dele.

De novo confinados, por imperativos da história, ao espaço continental e insular, demos de novo em achá-lo pequeno.

Quem fora dono do mundo podia acantonar-se outra vez no «canapé continental»?

Chegavam-nos novas de um novo «Reino do Preste João» onde se refugiaram a civilização e o progresso. Europa era o seu nome. Unir-se o seu projecto.

Mas não vinha ela sendo, desde o fim da precária união da cristandade, precisamente um caldeirão fervente de ódios e de raivas, cismática, bélica, turbilhonária?

Que factor de presa poderia agora unir esse «bricabraque de bricabraques» que era o caótico ponto de chegada da sua jocunda heterogeneidade, filha do confronto de etnias e religiões, de cidades, principados, estados, impérios, fronteiras que se traçam e se apagam ao sabor das anexações, dos convénios, dos armistícios e dos casamentos?

Pois quê? O espaço que foi grego, romano, judaico, islâmico, cristão, feudal, centralizado, absolutista, fanático, racionalista, franciscano e nazi, podia agora aspirar a ser uno?

Costuma identificar-se a Europa com o direito, a democracia, a razão. Mas não sem pertinência escreveu Morin que, «se a Europa é o direito, é também a força; se é a democracia, é também a opressão; se é a razão é também o mito; se é a espiritualidade é também a materialidade».

Não é de agora esse sonho congregador. Imperadores como Carlos Magno e Napoleão desenharam-no nas suas cartas.

Povoa as utopias do século XVII (quem se não deixou seduzir por ele na leitura do abade de Saint-Pierre?) e impregna de generosidade o discurso de Kant sobre a paz perpétua. Vitor Hugo empresta a sua inspiração ao advento dos Estados Unidos da Europa, «in itinere» para uma Humanidade só e reconciliada. O marxismo nasceu internacionalista, e como tal se conservou até que nos alvares da revolução soviética optou pela estratégia do «socialismo num só país». Churchill, enfim, à saída da última grande guerra, retomou o projecto dos Estados Unidos da Europa. Percebeu, com a antecipação do génio, que a Europa vencedora safa da guerra vencida. E que só unida podia fazer face ao mundo bipolar da guerra fria. De Gaulle teve a mesma premonição. Mas não foi além da Europa das Pátrias.

Para durar a isso circunscrita, segundo alguns, a Europa una nasceu económica. Pretendem outros que, desde sempre, a unidade económica postulou a política. A ideia federalista estaria, assim, insita no semen da unidade europeia. A unidade global no seio das unidades parcelares.

Já vai na unidade monetária. Já desenha a cidadania única por sobreposição à de cada qual. Já prevê políticas externas e em certos termos de segurança comuns. Já dispõe de autonomia financeira — recursos próprios — face às contribuições de cada Estado-membro. Já assegura um certo grau de prevalência do sistema normativo comunitário aos sistemas jurídicos nacionais.

O regulamento é de aplicação directa na esfera jurídica dos Estados-membros. E a directiva vinculante para estes quanto às finalidades que define. A Comissão é independente da vontade dos órgãos de representação dos Estados-membros. Dispõe de iniciativa legislativa própria. O Parlamento Europeu representa directamente os cidadãos dos Estados-Nações que nela se integram e não estes Estados.

Se isto não é já o esboço de uma entidade supranacional imbuída de um significativo e eventualmente evolutivo princípio federador, então não sei o que seja.

Por outro lado, remanescem temperos e margens de recuo nessa fenomenologia de gradativa fundição das entidades estaduais.

A composição e o sistema de funcionamento do Conselho Europeu, onde prevalece a regra do consenso; o poder legislativo do Conselho Ministros, onde continua a fazer-se valer a vontade de cada um dos Estados-membros; o direito de veto e a decisão por unanimidade, na medida em que subsistem; o princípio da cooperação intergovernamental em áreas específicas (assuntos internos, justiça, política externa e de segurança comuns) por natureza oposto do princípio da subordinação; enfim o princípio da subsidiariedade, entendido sem reserva mental, são outras tantas salvaguardas da soberania dos Estados.

Digamos pois que ainda não avançámos tanto no compromisso com um modelo federativo ou mesmo confederativo — dos vários que nos oferece o monstrosário das experiências tentadas — que não seja possível um recuo em direcção a um refazer de poderes soberanos. Mas não sem dizermos que já avançámos o suficiente em direcção a um daqueles modelos para que não seja fácil um significativo movimento de recuo.

Nestes cotovelos da história, o melhor é que nos interroguemos sobre o porquê das coisas, para ajuizarmos sobre se apresenta força impulsiva bastante para vencer as resistências contrárias.

O espaço da unidade política europeia tradicional alarga-se porquê? Porque se alargou sempre o espaço de todas as unidades políticas. Da família ao clan, à tribo, à cidade, à nação, aos impérios tentados e às confederações, federações e uniões conseguidas, sempre a unidade política se alargou. O que a fez alargar-se? A aproximação do distante à medida que se foram desenvolvendo as comunicações e os transportes. Do pombo correio ao telégrafo e do cavalo ao avião, os contactos foram ficando mais breves e os caminhos mais curtos.

Portugal foi, precisamente, um dos mais destacados obreiros dessa aventura de ir encurtando distâncias. E como nos dilatámos quando descobrimos o caminho da Índia.

Se foi sempre assim, e se a causa continua a repetir-se e a ganhar requinte, natural é que se repita e ganhe expressão o efeito.

O Estado-soberano imbuído de poderes e egoísmos absolutos não é já dos nossos dias. Começou talvez a deixar de sê-lo quando Protágoras definiu «o homem como medida de todas as coisas». Continuou a deixar de sê-lo quando Cristo declarou iguais todos os homens e perfilhou um conceito universal de família. Avançou no sentido da sua negação quando Grotius descobriu que o homem possui em si próprio um direito natural. Nasce aí a futura Declaração dos Direitos do Homem. Nasce aí talvez o «direito das gentes», depois convertido em «direito dos povos», depois aprimorado no «direito internacional» dos nossos dias.

Um direito que, como o direito comunitário, só faz sentido se se sobrepuser aos direitos nacionais.

Aos armistícios e aos concertos europeus, às Santas e Diabólicas Alianças do passado, substitui-se hoje o instrumento de paz que é a Convenção. Findo o equilíbrio precário da guerra-fria, e condenados à obsolescência os arsenais nucleares, bem pode dizer-se que os conflitos armados são cada vez mais um luxo de países pobres.

Uma coisa é certa: tudo hoje interdepende. Os Estados, as regiões, as economias, as comunidades. E uma como que antecipação gradativa do passo seguinte do alargamento do espaço político à escala regional ou continental, vai universalizando alguns fenómenos, por agora contados, a exigir a mundialização dos correspondentes centros de decisão.

O combate às agressões à natureza, à fome, à doença, à ignorância, ao desemprego, à droga, à marginalidade e ao crime não têm solução à escala nacional ou regional. O mesmo quanto à defesa da paz.

Daf que não faça muito sentido a resistência de raiz cultural à progressiva unificação de Estados-Nações com afinidades bastantes para avançarem juntos em direcção ao futuro, perante o fantasma do Mundo Só que vem aí, e que seguramente já está aí em mais domínios do que usualmente se julga.

Terá a Europa afinidades que cheguem? É tão fácil responder que não como responder que sim. Há desde logo a continuidade territorial, factor a que ninguém recusará relevância. Sobretudo se nos pusermos de acordo sobre o artificialismo histórico das fronteiras — em regra convencionais — e sobre o facto de que raro será o Estado europeu que pode arrogar-se o privilégio da homogeneidade geográfica. Nenhum corresponde a uma região natural. Nem Portugal, senhor da mais perfeita unidade.

Depois, apesar de tudo a pequenez do território continental europeu; menos de 7% das terras emersas; mais pequeno do que a Austrália.

Isto por um lado. Por outro, a Europa das diversidades étnicas e sociológicas, é também, em grau apreciável, a Europa das convergências económicas, da comunhão de histó-



ria, de algum condomínio político e cultural. Alguma unidade religiosa, apesar de tudo. Uma generalizada opção democrática. Uma defesa convicta do Estado de Direito. Uma confortável comunhão de valores. São mais nossos do que ninguém os direitos, apesar disso, universais. E sobretudo esse património comum — que sendo universal e de cada povo sentimos ser de todos nós — que são os escritores, artistas e pensadores, esse espólio filosófico, científico, artístico e literário do espaço europeu.

Camões é europeu antes de ser universal. Como o são Virgílio, Dante, Petrarca, Erasmo, Shakespear, Cervantes, Descartes, Galileu, Bacon, Kant, Espinosa, Leibnitz, S. Tomás, Santo Agostinho, Tolstói, Dostoiéwsky, Tchekov, Rousseau, Beethoven, Wagner, Mozart, Leonardo da Vinci, Van Gog ou Picasso. Como é difícil ser selectivo!...



E não se dará o caso de a esta busca de uma comunhão de valores devermos antes substituir a consideração da riqueza da nossa diversidade e as exigências indeclináveis da nossa comunhão de destino?

Não serei eu o primeiro a defender que sim. Exactamente por que somos plurimos, e temos em nós a riqueza que daí decorre, a riqueza que brota das diferenças, das lutas e até dos ódios, com o seu contraponto de humanismo, tão euro-

peu também, fomos capazes de descobrir primeiro e dominar depois o mundo.

E foi ainda um golpe do velho espírito europeu, científico, moderno, descobridor, que nos levou a ler nos céus do futuro o mundo novo e só que vem af, começando antes de mais ninguém a preparar-nos para ele. O modelo comunitário teve assim, e ainda tem, os contornos de uma nova Índia por descobrir e por haver.

Também agora enfrentamos mitos e receios. O mito do Estado-Nação tradicional. O modelo da soberania clássica, a força que dimana dos conceitos de cidadania e nacionalidade.

Também agora avançamos evolutivamente e por etapas. Avançamos até ao Tratado de Roma, o novo Bojador. Pusemos padrão no Acto Único, a foz do Congo de agora. Maastricht é o novo Cabo.

Preparamo-nos para torná-lo ainda cheios de medos e de esperanças. Calcut será a União Política, tão próxima e tão distante, tão impregnada de dúvidas, tão indutora de esperanças. O feito de Magalhães, levando a armada ao ponto de partida, representa a mundialização dos fenómenos, por contraponto à sua provincianidade.

Mas assim como o mar foi nosso, também o Continente o há-de ser. No sentido de compartilhado por nós.

Sê-lo-á o mais possível com salvaguarda da nossa alteridade, da riqueza das nossas identidades nacionais e regionais, ainda e sempre do nosso atlantismo inveterado.

Maastricht não se esqueceu de defendê-las. Pôs a maior ênfase na preservação das especificidades linguísticas e culturais europeias. Desde logo definindo o princípio de que as decisões devem ser tomadas o mais próximo possível daqueles a quem se destinam. E não menos instituindo um Comité das Regiões, o que pressupõe a sua generalização.

Eis, pois, um duplo tempero: para os riscos da unificação, a salvaguarda das diferenças; para o risco do distanciamento e alheamento dos centros de decisão, a sua descentralização regional, a meio caminho dos centros de hoje e do futuro.

Bom é o sonho, razoável o projecto de convertê-lo em realidade. Falta a mística. Mas acabará por ressurgir.

Também em quinhentos houve quem preferisse que o país empunhasse a enxada de preferência a desfraldar as velas. O Velho do Restelo simbolizou todos esses. Há novos Velhos do Restelo. Não devemos desprezar a sua voz, nem amar-rar-nos ao mastro real para não seguir atrás dela. Mas uma coisa é isso, outra abdicar da aventura de um futuro europeu vivido em coesão solidária de Estados e de Povos. A caminho de um futuro planetário, centrado no homem como «medida de todas as coisas».

Resta-nos uma outra descoberta: saber como havemos de suprir o Infante que agora não temos. A grandeza da nova viagem corresponde, aí de nós, a mediocridade dos timoneiros.

Não há outro remédio: o novo Infante temos de ser todos nós.

(\*) Comunicação feita na abertura do Colóquio-Debate realizado no Centro Cultural de Bragança, no dia 30 de Janeiro de 1993 organizado pelo Instituto D. João de Castro.

(Continuação da página um)

pela circunstância de que o Estado não prestava serviço nenhum. Todavia, depois de tantos anos de empirismo não pode adiar-se mais a correcção dos defeitos, suficientemente diagnosticados, para conseguir que a rede pública e a rede privada se complementem.

Na rede privada da nova geração aconteceu que o princípio da liberdade de ensinar, o qual deriva da legitimidade dos pluralismos das concepções do mundo e da vida, foi muitas vezes superado pela simples concepção da economia de mercado, a inspirar respostas rápidas para uma procura explosiva, inflacionada esta pela crise da rede pública. Aconteceu mesmo que, neste caso, foi a oferta que rapidamente condicionou a procura, porque a procura foi constrangida a escolher entre uma oferta construída com atenção aos custos de produção, e visando uma amortização acelerada. Sendo irrecusável que a crise da rede pública estava entre as causas dessa superação da liberdade de ensinar pelo anunciado direito de intervir no mercado da educação; sendo certo que o exército, mal regulado, dessa intervenção submeteu frequentemente a procura juvenil a uma oferta estruturada pelos investidores em função da contenção dos custos, e apenas nas áreas de menores

# INTERPELAÇÃO

investimentos: é também inerente a este sistema que o consumidor pague os custos, como tem acontecido com punição frequente das famílias de menores recursos. Tudo visto, parece evidente que a primeira injustiça clamorosa a remediar é que a simples insuficiência da oferta pública remeta tantas dezenas de milhares de estudantes para a rede privada, por essa falta de capacidade de Estado, e não pelas diferenças de concepção de vida que justificam a liberdade essencial de ensinar.

Já vimos neste Parlamento que esse facto atinge milhares de estudantes que correspondem ao critério de excelência, cujas famílias pagam impostos como as dos que o Estado acolhe, e todos ao abrigo de uma Constituição que orienta para o ensino tendencialmente gratuito. É por isso que parece limitado o conceito que transfere da experiência da rede privada para a rede pública o conceito empresarial dos custos, em nome da proclamada injustiça dos pobres pagarem para os ricos. Todo o vasto sector dos que apenas procuram a rede privada porque o Estado os não recebe, não obstante a própria excelência da sua preparação, ficam excluídos de tais preocupações, não obstante o dever tributário cumprido por igual.

Não parece assim indicado recorrer tão erradamente ao direito natural para dar outra imagem à injustiça decorrente das insuficientes capacidades do Estado, porque a modesta doutrina das taxas é suficiente para lidar com a actualização, usando mais contabilidade e menos magia.

A autonomia universitária parecia suficiente para, nessa base, lidar com esses problemas, poupando-nos à situação em que estamos de ter uma lei que deve ser obedecida por respeito ao princípio do Estado de Direito, mas que suscita a justa contestação derivada dos errados fundamentos, do limitado grupo ao qual pretende fazer justiça potencializando a injustiça dos rejeitados pela rede pública, das autonomias feridas, e do limitadíssimo remédio que pode trazer ao financiamento das Universidades e dos serviços sociais. Um dos preceitos da ética universitária é ter a capacidade de reconhecer o erro, de proclamar com alegria o avanço que se traduz em ter percebido o erro, e trabalhar na formulação de nova hipótese. O legislador maioritário, tratando-se neste caso das Universidades, poderia excepcionalmente adoptar a mesma regra. Insistindo em que a maior injustiça está na situação dos rejeitados pela rede pública, lembramos que, recentemente, Clem Sunter, escrevia sobre o desafio da investigação e do ensino: «uma aproximação mais radical seria abandonar qualquer divisão de sectores. Em vez disso, o Estado deveria emitir vouchers para todos os pais, e que eles poderiam usar em nome dos filhos, na escola da sua escolha». A política em formação na Europa comunitária liderada pela actual presidência, pretende que esta doutrina seja

## GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



**gertal**

### Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente.  
Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção de uma formação rigorosa e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade.  
Por isso as Alunas, os Professores e os Auxiliares educativos usufruem do prazer de uma relação estreita com base em produtos rigorosamente seleccionados.

# SOBRE O ENSINO

ampliada em termos de os pais europeus poderem enviar os filhos para as escolas de qualquer país da comunidade, usando o cheque escolar que o seu governo lhe abonará em função dos custos que não sofre. Sabemos que países com os recursos portugueses não poderiam adoptar tal sistema sem um fundo exterior, ou mesmo com ele, mas conviria meditar sobre a doutrina do cheque escolar para fins domésticos, a qual doutrina propusemos há anos a esta Câmara, porque ela ajuda a compreender que a regulação das propinas legalmente em vigor precisa de se relacionar melhor com a justiça, e que a maior das injustiças está na maneira como o sistema condena tantas dezenas de milhares de alunos, grande número deles com excelência, a renunciar ao direito de entrar na rede pública do ensino por falta de capacidade física da rede, tal como os obriga a submeterem as vocações à oferta privada disponível, tal como expropria as famílias dos tributos pagos regularmente para tal fim, tal como finalmente se inquieta com a justiça para alguns usando os dinheiros pagos por todos. Por isso nos parece que é tempo de ultrapassar as questões da intendência, e tratar da tarefa difícil que é racionalizar globalmente a rede privada e a rede pública do ensino superior.

E talvez deva começar-se por reconhecer que: 1 — os objectivos da investigação e do ensino, sistematizados designadamente por Scheling, Humboldt, Jaspers, Ortega, Braga da Cruz, Ferrer Correia, Veiga Simão, e que somam a investigação sistemática e descomprometida da verdade a relação estrutural com a sociedade, à dinamização de processos de mudança, à criação de elites especializadas e lideranças sócio-políticas, dificilmente se mantêm reunidos na mesma instituição, antes são minoria as que o conseguem; 2 — O modelo da Universidade funcional em alastramento, desenvolvido por Dréze e Debelle sobretudo depois da crise de Maio de 1968, procura com dificuldade harmonizar as solicitações divergentes da educação humanista e da formação profissional superior; 3 — Esta teoria de insuficiências abre espaço ao transnacionalismo, noticiando Artur Lall (1971) que foram apresentados à ONU mais de duas centenas de propostas do modelo World University; 4 — A Europa é um espaço que verá crescer esse transnacionalismo em várias linhas, e tudo isto parece aconselhar a reconhecer o seguinte: I — Não podemos deixar de racionalizar globalmente a rede privada e a rede pública, problema prioritário para responder simultaneamente à exigência dos modelos funcionalistas e ao desafio transnacional; II — Uma falta de resposta atempada cria condições de debilidade para a defesa da própria identidade nacional; III — É necessário reconhecer o facto de as funções de ensinar — investigar — divulgar a cultura, não se reunirem já em todos os estabelecimentos, públicos ou privados, mesmo universitários, e que os

critérios de avaliação e excelência, assim como a definição dos incentivos e custos, devem variar em atenção a esse facto, racionalizando a afectação dos meios escassos; IV — A avaliação do sistema deve ser global e subordinada à excelência dos estabelecimentos sem excepção; V — O recrutamento e a circulação do pessoal docente entre as instituições deve respeitar regras gerais de qualificação que assegurem a equivalência da qualidade e a justa circulação dos estudantes; VI — A plurititularidade do pessoal docente deve em regra assentar em protocolos estabelecidos entre estabelecimentos das redes públicas e privadas, não sendo de excluir instituições que englobem simultaneamente estabelecimentos públicos e privados.

Outra das pequenas regras desejáveis é que deveríamos ter mais tempo para dedicar a estes problemas, que já têm constrangimentos suficientes para dispensarem os das grelhas regimentais. Repetimos apenas que «a autonomia universitária que se destina a servir a criatividade responsável, independente de constrangimentos externos, exige que o Estado entenda e pratique que as dotações financeiras não são doações com eventuais gratas contrapartidas políticas, são distribuições dos recursos de que apenas é gestor, assim como a Universidade deve entender e praticar que o seu único privilégio é o de servir».



CAVES DA

Montanha

A. HENRIQUES L.

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha

Telef. 62260 e 52611

Telex 53081

Apartado 18

3781 ANADIA CODEX



«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |

CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |

CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |

Concurso de Bratislava (1976) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |

CONCURSO DE MILÃO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |



Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos  
Brandies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

# Vida do Instituto D. João de Castro

## COLÓQUIO-DEBATE EM BRAGANÇA EM 30 DE JANEIRO 1993

### TRÁS-OS-MONTES E OS DESCOBRIMENTOS

#### 1 — CONTEXTO:

Comemorações do V Centenário dos Descobrimentos Portugueses. Um momento propício para as instituições culturais privadas assumirem um papel activo em relação a esta data centenária.

O contexto pode ser aproveitado para se organizarem acções culturais que visem:

- a) focar o facto histórico, enquanto englobante da comunidade nacional de então;
- b) Consequências de ordem vária nacional e europeu;
- c) Como tratar essa herança neste momento da nossa integração europeia e no novo contexto duma Europa em rápida mudança.

2 — O Instituto D. João de Castro, assumiu livremente a responsabilidade de realizar em colaboração com outras instituições, Colóquios-Debates em todas as Capitais de Distrito e outros centros urbanos ligados aos descobrimentos.

Nesta data já foram realizados 10 Colóquios-Debates e mais de 3 para estudantes Universitários: Cascais, Viseu, C. Branco, Santarém, Évora, Aveiro, Setúbal, 2 em Lisboa e 1 em Salamanca.

Nestes colóquios já participaram mais de 1.500 pessoas entre Professores do Ensino Secundário e uns 350 universitários.

A Direcção do Instituto D. João de Castro, contou com a colaboração da Câmara Municipal de Bragança, do Governo Civil e de outras instituições culturais e educativas, para realizar este Colóquio.

3 — Este Colóquio de Bragança realizou-se também num outro contexto, a nível da Comunidade Europeia e de política económica e financeira a nível peninsular.

O Tratado de Maastricht, é uma realidade que temos que aceitar, mas que nos obriga aprofundar, quais os nossos valores culturais, que nos identificam com um passado diferente das outras nações europeias. É esta diferenciação, que faz de Europa, dentro duma certa visão global cultural, um continente imensamente rico na multiplicidade de variantes culturais.

É com este espírito e com estes objectivos que o Instituto D. João de Castro, de colaboração com a Câmara Municipal e de outras instituições, vai realizar este Colóquio-Debate neste duplo contexto, convidando destacadas personalidades para focarem alguns aspectos destes temas duma actualidade indiscutível e que servirão de referência para o diálogo.

4 — O Colóquio-Debate dirigiu-se principalmente a diplomados, tendo em conta muito especialmente, os Professores de História, Português, Geografia, Francês e Ciências Sociais dos Institutos Superiores e Escolas Preparatórias e Secundárias.

O Programa que foi elaborado com todo o cuidado e contou com a colaboração e apoio de ilustres transmontanos no campo da Cultura e das Letras, sendo todas as Comunicações feitas por transmontanos.

## HORÁRIOS DE TRABALHOS

### Dia 30 de Janeiro/93 — Sábado

Às 9.30 horas — Sessão de abertura presidida pelo Exmo. Sr Presidente da Câmara Municipal de Bragança — Dr. Luís Francisco da Paula Mina.

Apresentação e porquê a realização deste Colóquio, pelo Pe. Joaquim António Aguiar — Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro.

Às 10.00 horas — «Descobrir o mundo, descobrir Europa», pelo Dr. António de Almeida Santos.

Às 11.00 horas — Intervalo para tomar café.

Às 11.30 horas — «Caminhos de entendimento entre o Oriente e o Ocidente nos primórdios do Séc. XVI» pelo Doutor Vasconcelos Saldanha — Prof. do I.S.C.S.

Às 12.15 horas — «Nova Evangelização a cumprir», pelo Doutor Prof. Jerónimo Trigo — Professor da U.C.P. (Lisboa).

Às 13.00 horas — Almoço no Restaurante «Lá em Casa».

Às 14.30 horas — «A herança dos Descobrimentos em Trás-os-Montes» pelo Dr. Pedro Verdelho com projecção de diapositivos.

Às 15.00 horas — «O poder real na Índia. Criação do Vice-Reinado e governação nas primeiras décadas do Séc. XVI, pela Dra. Cristina Domingues, Prof.<sup>a</sup> da Universidade Internacional.

Às 16.00 horas — Espaço para intervenção dos participantes.

Às 16.30 horas — Intervalo para tomar café.

Às 17.00 horas — «*Imagens do Oriente*» Cassete, Códice Casanatense, Códice 1886 do século XVI.

Às 17.30 horas — «*Ilustres Transmontanos e o Ultramar*» pelo Prof. Doutor Adriano Moreira.

Às 18.30 horas — Espaço para intervenções dos participantes.

Às 19.00 horas — Encerramento pelo Dr. António Fernando Cruz Oliveira, Governador Civil de Bragança.

## DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES (1)

O Instituto D. João de Castro, sedado em Lisboa, com a colaboração da Câmara Municipal de Bragança, organizou um Colóquio/Debate no passado dia 30 de Janeiro, no Auditório Paulo Quintela, visando dar a «*conhecer o passado para cumprir Portugal*».



Foram oradores ilustres bragançanos, nas pessoas do Dr. António de Almeida Santos (casado em Lagaça); Dr. Vasconcelos Saldanha, professor do I.S.C.S.P.; Dr. Prof. Jerónimo Trigo (oriundo de Vila Flor); Dr. Pedro Verdelho (natural de Chaves); Dr.ª Cristina Domingues, Professora da Universidade Internacional (jovem advogada de Bragança, onde vivem seus pais, e ex-aluna da Escola Secundária da Sé, agora Abade Baçal); Prof. Doutor Adriano Moreira (natural de Grijó — Macedo de Cavaleiros).

De acordo com P. Joaquim António de Aguiar, director do Instituto D. João de Castro, aquela instituição vem desde 1988 realizando nas capitais de Distrito, no contexto das «*Comemorações do V Centenário dos Descobrimentos*», Colóquios dirigidos principalmente a instituições educativas, com o objectivo de fazer chegar a sua mensagem à Juventude escolar.

O Colóquio de Bragança realizou-se também num outro contexto, a nível de Comunidade Europeia e de política económica e financeira e a nível peninsular.

Almeida Santos teve a seu cargo o tema: «*Descobrir o mundo, descobrir a Europa*»

Criticou a «*pobreza*» das nossas celebrações dos descobrimentos, em contraste com as da vizinha Espanha.

O orador fez uma longa reflexão sobre o que foram os nossos «*feitos*» na era de 500, em «*mares cheios de aventuras e mistérios*».

Reportando-se ao «*Caminho marítimo para a Índia*», sublinhou que o mesmo «*saiu do peito ilustre lusitano que encontrara no mar o seu destino*».

Considerou «*o Infante um místico*», enquanto em Sagres «*evoluía a técnica da construção naval, nada ficando ao acaso para vencer o desconhecido*».

Lamentou terem-se virado agora as costas ao mar, instalando-se nos nossos portos a inoperância, a ponto de termos de «*Importar peixe*». «*Estivemos — disse — na ponta da flecha e depois chorámos as lembranças de São... Nós que estivemos no impulso inicial, ficámos fora dele, como os gregos e os romanos*».



### HOTEL GOLFINHO

Praia D. Ana - 8600 Lagos - Alentejo  
 Telef. 082 - 76 99 00 - Telex 57 497 - Telefax 082 76 99 99



SANDOR hotels





- Todos os quartos c/ ar condicionado, telefone, TV e rádio
- Restaurante
- Bar
- Coffee Shop
- Piscina
- Jardim
- Garagem
- Autocarro grátis para a cidade e vice-versa

- Parque de estacionamento
- Sala de jogos
- Cabelereiro
- Bazar
- Discoteca
- Sala de Conferências

Reportando-se depois à «descoberta da Europa», observou que, «Camões é europeu antes de ser universal».

A seguir, Almeida Santos considerou Portugal «Senhor da mais perfeita unidade política e sociológica, mas não deixamos de pertencer — disse — a uma Europa de alguma unidade religiosa e uma confortável comunhão de valores». Todavia — lembrou — «são mais nossos do que de ninguém, os direitos universais».

A finalizar, disse ainda: «Resta-nos descobrir como suprir o «Infante» que agora não temos, O novo Infante — considerou — temos de ser todos nós».

Por seu lado, o Dr. Vasconcellos Saldanha desenvolveu o tema «Caminhos de entendimento entre o Oriente e o Ocidente nos primórdios do séc. XVI», para, de seguida, o Dr. Jerónimo Trigo falar sobre a «Nova Evangelização a cumprir», no sentido de «completar», porque «Portugal ainda não está acabado», disse.

Para Jerónimo Trigo, «não se pode entender Portugal sem ter em atenção a difusão da fé cristã». Mas também considerou que «a construção do presente e do futuro não se limita à repetição do passado. Aponta para a criatividade».

O P. Jerónimo Trigo sublinhou que «a difusão da fé esteve ligada aos descobrimentos», porque os seus «missionários foram evangelizadores nas quatro partes do mundo».

Pedro Verdelho teve a seu cargo «A herança dos descobrimentos em Trás-os-Montes» nos séc. XVI e XVII.

Falou de duas famílias ilustres da altura: os Braganças (Casa de Bragança) e os Távoras. No tempo do 3.º Duque D. Fernando, a Casa de Bragança — disse — tinha 50 Vilas, Cidades e Castelos, dominando até ao tempo de D. João II, pertencendo a iniciativa de reabilitar mais tarde a Casa de Bragança a D. Manuel.

«Como contra-poder à Casa de Bragança — explicou o orador — surgiu Miranda com seu bispado e a sua elevação a cidade».

Pedro Verdelho falou depois dos forais, concedidos pelo rei a Alfândega da Fé, Ansiães, Bemposta, Freixo, Mirandela, Mogadouro, Moncorvo, Outeiro, Panoias, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Reportou-se à figura de Jorge Álvares, «um dos grandes navegadores, mercador e capitão no Extremo Oriente, fez a 1.ª Crónica sobre o Japão e foi um dos primeiros a pisar terras da China e a cruzar-se com S. Francisco Xavier».

Falou ainda dos missionários dessa altura, o P. Bento Castro e Miguel de Araújo, naturais de Macedo de Cavaleiros e P. António Varjão, este natural de Freixo.

Castelos, pelourinhos, casas manuelinas, pontes e igrejas nordestinas do séc. XVI foram igualmente lembrados por Pedro Verdelho.

Coube depois à Dr.ª Cristina Domingues tratar o tema «O poder real na Índia, Criação do Vice-Reinado e Governação nas primeiras décadas do séc. XVII».

Fê-lo com muita simplicidade e saber, encantando a assistência.

A encerrar a lista dos oradores esteve o Professor Dr. Adriano Moreira, para dar a conhecer «Ilustres Transmontanos e o Ultramar», que estiveram ligados de alguma forma ao projecto da expansão portuguesa. Nessa perspectiva lembrou a figura de Luciano Cordeiro, natural de Mirandela, «O Transmontano a estudar os direitos de Portugal, e a organizar a Sociedade de Geografia e a definir os limites geográficos de Angola e Moçambique».

Adriano Moreira não esqueceu o Almirante Manuel Maria de Sarmiento Rodrigues, este natural também de Freixo, «um português raro, o maior navegador do seu tempo», disse.

A finalizar falou ainda de Trigo de Morais, «responsável pelos colonatos em Moçambique».

O Colóquio foi encerrado pelo Governador Civil de Bragança, Cruz Oliveira.

I.P.

(<sup>1</sup>) Com licença do autor transcrevemos esta crónica publicada no «Mensageiro de Bragança, em 05/02/93».

## INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral  
N.º de Registo 112 874

### Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres  
(Secretário-Geral do IDJC)

### Redacção

Sede do Instituto  
R. da Madalena, 225 — 3.º Dto.  
1100 LISBOA  
Telef. 886 01 25

### Propriedade

Instituto Dom João de Castro  
N.º 212 873

### Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL  
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87